

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA.



Esta carta é endereçada a Vossas Excelências por uma mulher que viu sua casa invadida por homens, de armas à mão, dizendo-se agentes da segurança, para levar presos, sem apresentação de mandado judicial ou determinação de qualquer autoridade policial militar, de início, seu marido; engenheiro Rubens Beyrodt/Paiva, em seguida, no dia imediato, ela própria e sua filha Eliana, adolescente, aos 15 anos de idade, deixados a sua sorte, no lar, os demais filhos menores.

É, pois, a um tempo, a carta da mãe, que conheceu a surpresa enorme, melhor diria a indignação, mantida no mais íntimo de si mesma, de assistir a prisão de uma filha, adiante encapuçada, como, igualmente, ela própria, para posteriormente, já, aí, não mais em sua presença, ser submetida aos traumas psicológicos, terrivelmente brutais em sua idade, dos interrogatórios procedidos segundo os chamados métodos policial militares; da mulher brasileira, ela mesma vítima da prisão violenta, incomunicável durante 12 dias, interrogada horas sem fim, e isolada do mundo, em condições de ambiente físico e humano que é melhor não referir, para, quem sabe!, ter a graça, um dia, de esquecer; da esposa, enfim, que ainda hoje, nada sabe da sorte do seu marido, do destino que lhe impuzeram, do local onde se encontra, da acusação real que lhe fazem, quase um mês decorrido do tormento que atingiu sua família.

Tudo isso começou a 20 de janeiro, dia de São Sebastião, por volta das 12 horas, quando Rubens com as crianças, voltavam da praia e nos encontrávamos em casa, a Av. Delfim Moreira, 80, no Leblon.

Rubens preso nesse dia, minha filha e eu no dia seguinte. Eliana libertada no dia posterior, e eu própria a 2 de fevereiro último.

Estivemos todos no quartel da Polícia do Exército, à rua Barão de Mesquita, nesta cidade do Rio de Janeiro.

Nesse quartel mostraram-me o livro de registro de seus prisioneiros, onde, em uma de suas folhas, pude ver com os meus olhos, minha fotografia, a de Eliana e a de Rubens. Nesse quartel, durante os interrogatórios a que me submeteram, informaram-me que meu marido também lá se encontrava. Ao deixá-lo, quando libertada, no dia 2, vi no pátio interno do quartel, nosso automóvel, o que Rubens preso conduziu pessoalmente, acompanhado dos agentes de segurança. Identificado por mim, foi-me dito por um dos oficiais, que o automóvel se encontrava, de logo, a minha disposição. Não me sendo possível dirigí-lo naquele instante, minha cunhada, Renée Paiva Guimarães, por mim autorizada, foi buscá-lo, posteriormente tendo passado, então, o recibo cuja cópia junto, para conhecimento de Vossas Excelências.

Ao sair da prisão, soube que minha mãe, como o fizera para mim, levava ao Ministério da Guerra roupas destinadas a Rubens. Elas foram inicialmente recebidas; dias depois, entretanto, recusadas, sob a alegação de que Rubens não se encontrava em nenhuma organização militar submetida ao Comando do Primeiro Exército. Alegação que passava a coincidir com as informações oficialmente prestadas ao Superior Tribunal Militar nos processos de Habeas Corpus impetrados em meu favor e no de Rubens, por nosso advogado, Dr. Lino Machado Filho. Lamentável e surpreendentemente, nessas informações afirmou-se que nem Rubens, nem eu própria, houvéramos estado presos em unidades da área do Primeiro Exército.

Tomei conhecimento da versão, que me inquieta dia e noite, veiculada através de notícia distribuída aos jornais e divulgada pela televisão no dia 22 de janeiro, insinuando que meu marido teria sido objeto de uma operação de resgate efetuada por grupos de terroristas. Versão cuja inverosimilhança é absoluta e que tem todo o feitio de uma farsa impiedosa. Notícias transmitidas mencionando o nome de Rubens Seixas; outras o de Rubens Paiva; terceiras, ainda, omitindo o nome, e fazendo apenas, alusão a prisioneiro político de importância, ex-deputado federal por São Paulo, cassado em 1964.

Não posso e não quero admitir que, em meu País, se faça desaparecer assim, por tanto tempo, uma pessoa humana.



Rubens é um homem de bem, pai de família exemplar, engenheiro competente, cidadão probo e honrado, empresário responsável e capaz. Não é imoestia afirmá-lo. Os que o conhecem, proclamam-no. Deputado federal, por São Paulo, teve seus direitos políticos suspensos/ em 1964. Não viu contra si, no entanto, instaurar-se nenhum inquérito policial militar ou processo penal. Não lhe foi feita, jamais, - acusação de nenhuma natureza. De que hoje o acusam? Sua mulher e seus filhos têm o direito de sabê-lo. Que fizeram de Rubens? Onde está e para onde o conduziram? Porque não cumpriram as leis que vigoram? Revidico para meu marido o direito de ser preso segundo - as regras mesmas da legislação penal de segurança. Para que se de fenda; para que seja libertado.

Onde estão, afinal, os compromissos do País assumidos, solemnemente, em suas constituições, desde o alvorecer da República, e no - âmbito internacional, como nação cristã e civilizada, através da adesão às Declarações Universais dos Direitos do Homem da ONU e da OEA? Como admitir a insegurança terrível dos sequestros ou raptos, tornados oficiais?

Apelo para Vossas Excelências, membros desse eminente conselho, institucionalmente organizado para a defesa dos direitos da pessoa humana. Apelo, para que se venha permitir a Rubens o exercício do direito de defesa, que é irrecusável, identificados o local onde se encontra, a autoridade que o mantém preso, definido o delito que lhe imputam, preservada, enfim, sua integridade física e espiritual, vale dizer, sua vida.

Apresento a Vossas Excelências as expressões do meu maior - respeito.

1 de ... 1976

Maria Eunice Paiva

Handwritten signatures and notes:
 I. ...
 ...
 ...
 ...

16 FKV
Handwritten signatures and notes:
 ...
 ...

